



Juizes sem experiência v o decidir pena para violadores e homicidas

Revisão penal. A vigésima altera o   lei coloca magistrados sozinhos a decidir crimes graves em 48 horas e ignora antecedentes criminais do arguido na altura de aplicar medida de coa o

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

A partir de hoje, um violador ou homicida apanhado em flagrante delito terá um julgamento no prazo máximo de quatro meses (120 dias), decidido apenas por um juiz e não tr s como acontecia até aqui, em que os crimes mais graves eram julgados por um tribunal coletivo. As novas leis penais – que entram hoje em vigor – ditam que todos os crimes,   exce o dos altamente organizados, serão julgados em processo sumário. Sejam as “bagatelas penais” como conduzir sob o efeito de álcool ou os crimes mais graves punidos com pena máxima de 25 anos de prisão.

  precisamente esta a mudança que está a gerar mais contesta o. “Está-se a pedir que um juiz sozinho, muitas vezes inexperiente, decida casos de crimes graves”, explica ao DN Cristina Esteves, j za de instru o, do Movimento Justiça e Democracia (MJD). “Como   que um magistrado em início de carreira pode saber quantos anos d  de prisão, entre os 12 e 25 anos?”, lança.

“  precisamente esse aspeto que mais me preocupa”, diz Mouraz Lopes, presidente da Associa o Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP). “Porque um juiz precisa de algum distanciamento para julgar os crimes de sangue, os mais violentos, mesmo que sejam os de flagrante delito”, diz o magistrado judicial, em declara es ao DN. “E o facto de não serem já tr s juizes mas apenas um, pode resultar em menos garantias para os arguidos”, sublinha.

A altera o – que já   a vigésima



O aumento da celeridade na Justiça   um dos objetivos de Paula Teixeira da Cruz

desde 1987 –   também criticada por alguns advogados contactados. “Não vejo nenhuma vantagem nesta reforma, a não ser um ou outro pormenor”, explica Rui Patrício, advogado que defendeu José Penedos no processo “Face Oculta”. “A maior desvantagem   a constante altera o das leis, temos um legislador hiperativo, já que faz uma média de quase uma altera o por ano”, sublinha o advogado.

Jo  Medeiros, sócio da maior sociedade de advogados, a PLMJ, defende que não v  “vantagem nenhuma nas mudanças.   uma re-

forma demagógica, para atirar areia para os olhos da opinião pública, sendo que a valora o como meio de prova das declara es de arguido em fases anteriores ao julgamento   um retrocesso civilizacional que vai mudar o paradigma da prática judiciária e da advocacia”.

O novo texto da lei prevê que os arguidos escusam de remota média de quase uma altera o por ano”, sublinha o advogado. Jo  Medeiros, sócio da maior sociedade de advogados, a PLMJ, defende que não v  “vantagem nenhuma nas mudanças.   uma re-

petir em julgamento o que foi dito na fase de inquir o e instru o   polícia, Ministério Público e juiz de instru o. O Ministério da Justiça, ao DN, justifica esta altera o explicando

que “a quase indisponibilidade de utiliza o de declara es do arguido legalmente prestadas nas fases anteriores ao julgamento tem conduzido, em muitos casos, a situa es geradoras de incompreensão e até de indigna o social”.

O papel do juiz de instru o também sai reforçado nesta reforma: a partir de agora, um juiz pode alterar a medida de coa o proposta pelo Ministério Público, mesmo que seja a mais grave como a prisão preventiva.

“O novo regime das medidas de coa o   uma das desvantagens, assim como o uso das declara es do arguido anteriores ao julgamento”, concluiu o advogado Rui Patrício.

Esta   a vigésima altera o feita às leis penais desde 1987

REA OES

“ nica crítica   em rela o ao sumário”

“A única crítica que fazemos   em rela o ao alargamento do âmbito de processo sumário”, explica ao DN Mouraz Lopes, presidente da Associa o Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP). “Principalmente nos chamados crimes de sangue, já que   preciso um determinado distanciamento para julgar alguns atos”, diz o magistrado judicial. Porém, Mouraz Lopes considera que esta reforma “vem acabar com alguns obstáculos que interferiam no andamento do processo”, explica. “Embora admita que já são demasiadas altera es   lei”, concluiu.



Mouraz Lopes

“O que ninguém deve fazer   boicotar a lei”

O presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP), Rui Cardoso, admite que as altera es podem trazer mais celeridade mas defende que há altera es que deverão ser feitas. “  imprescindível que polícias e Ministério Público se adaptem às altera es. Os juizes, habitualmente avessos a mudanças, deverão aceitá-las e aplicá-las dentro dos princípios gerais”, explica. “Aos Conselhos Superiores caberá adequar os quadros de magistrados. Sem isto, estas altera es tornar-se- o apenas boas inten es.” E acrescenta: “O que ninguém deverá fazer   boicotar a lei.”



Rui Cardoso

“Confissão será prova rainha no processo”

Segundo o bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho e Pinto, “o Governo está a tentar introduzir na investiga o criminal os mesmos métodos que tão bons resultados deram na caça às bruxas da idade média”. Ou seja, “em breve, a confissão será a prova-rainha do processo penal e tudo valerá para a obter”. O advogado faz ainda uma crítica   altera o relativamente às medidas de coa o. “A prisão preventiva deixar  de ser usada como medida cautelar e passará a s -lo como forma de obrigar os suspeitos a colaborar com os investigadores”, concluiu o bastonário dos 28 mil advogados.



Marinho e Pinto

ALTERA OES

PROCESSO SUMÁRIO

► **Todos os crimes** acompanhados de flagrante delito passam a ser julgados em processo sumário por um tribunal singular, independentemente da pena de prisão ser superior ou inferior a cinco anos. Até aqui, era apenas aplicável para crimes com pena inferior a cinco anos. Ou seja, para as chamadas “bagatelas penais”.

JUIZ APLICA MEDIDAS

► **O juiz de instru o** passa a poder aplicar uma medida de coa o diferente da proposta pelo Ministério Público, mesmo que seja mais grave. Até aqui só podia fazer essa altera o caso fosse para uma menos gravosa.

ARGUIDO

► **As declara es** que o arguido tenha prestado em sede de inquir o e instru o, podem ser aproveitadas posteriormente em fase de julgamento, mais ainda agora que o arguido se pode remeter ao silêncio nessa fase.

RECURSOS

► **O prazo de recurso**   aumentado de 20 para 30 dias.   clarificado todo o sistema de recursos para o Supremo Tribunal de Justiça relativo aos acórdãos proferidos pelos tribunais da Rela o.

AUDIOVISUAL

► **Tudo o que o arguido** e testemunhas disserem numa sala de audiência será registado em formato audiovisual em vez de serem apenas reduzidas a escrito por parte do funcionário judicial.

FALSAS DECLARA OES

► **A cria o** do crime de falsas declara es   outra das altera es. A nova lei prevê que a “mentira” a autoridades ou funcionários públicos pode resultar numa pena de multa ou prisão até um ano.

PRESCRI O

► **Logo que haja uma condena o**, há uma suspensão de cinco anos para interpor recurso. Porém, o tempo passa para o dobro se o processo for complexo.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

► **A partir de agora**, para impor a medida de vigilância eletr nica ao agressor deixa de ser necessário o consentimento dos envolvidos. Basta a decisão do juiz.

FURTOS

► **A nova lei** define que os pequenos furtos em supermercado passam a ser crimes particulares. Ou seja: o dono do estabelecimento terá de fazer queixa para ser aberto um processo.